
Reforma agrária: uma história de desenvolvimento de Querência do Norte – Paraná

Amalia Maria Goldberg Godoy*
Paulo Bento da Silva**

Resumo

A discussão sobre desenvolvimento brasileiro e a necessidade de reforma agrária sempre esteve presente tanto em termos teóricos quanto de políticas públicas refletidas em planos governamentais. O presente artigo analisa os impactos socioeconômicos de um assentamento sobre o setor urbano, no período de 1950 ao início do século XXI, assim como busca identificar as principais mudanças dentro e fora do assentamento. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, em Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, no Paraná. Os resultados apontam que os assentamentos consolidados de reforma agrária apresentam dois impactos importantes: um dentro do assentamento, no qual se observaram menores conflitos, geração de emprego e renda, melhoria das condições de vida e inserção social das famílias assentadas. Outro resultado é que as atividades econômicas existentes dentro do assentamento contribuem de forma importante para maior dinamismo do comércio local e mesmo regional.

Palavras-chave: Reforma agrária. Desenvolvimento local. Querência do Norte.

* Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá; Avenida Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná; amggodoy@uem.br

** Docente da Faculdade Unissa de Sarandi; pbsilva@uem.br

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a reforma agrária assume diferentes significados ao longo do tempo. Embora, em nenhum momento, negue-se sua importância, não há consenso quanto ao seu papel.

Em uma visão preponderante, a reforma agrária promove a melhoria das condições de vida de milhões de marginalizados do processo produtivo. Nesse contexto, a reforma agrária assume caráter distributivo e de promoção do desenvolvimento econômico nacional com equidade, de forma a reduzir o atual quadro de concentração de renda existente no país (LEITE, 2000; TEÓFILO; MENDONÇA, 2001; THOMPSON, 2001; BESLEY; BURGESS, 2001). Uma posição mais pontual é a reforma agrária, tendo o papel de geradora de emprego e renda no setor agrícola encontrada em Vilela (1997) e INCRA (2000).

A reforma agrária está relacionada, também, ao resgate da cidadania das famílias que estão excluídas do processo econômico e social ocasionado pela crescente e generalizada exigência de maior qualificação dos trabalhadores urbanos e ao crescimento econômico, nas últimas décadas, que não foi suficiente para gerar postos de trabalho para toda a população economicamente ativa do país (SANTOS, 2001; ARAÚJO FILHO, 1996).

Os assentamentos por serem caracterizados pela pequena produção podem, inclusive, promover a diversificação mediante a agricultura familiar sustentável (ROSSET, 2002; SACHS, 2001; GUANZIROLI et al., 1998).

Observa-se, também, que os assentamentos de reforma agrária promovem melhoria na dieta alimentar da população assentada. Norder (2000, p. 1) diz que:

O fortalecimento da agricultura familiar através de projetos de reforma agrária constitui-se numa alternativa eficaz para combater a pobreza e a insegurança alimentar que hoje atingem uma grande parcela da população brasileira, principalmente a rural.

Em razão do número limitado de postos de trabalho em determinados municípios do país, a produ-

ção para autoconsumo representa condição primordial para determinados grupos de famílias.

Pode-se apontar que essas discussões, de maneira genérica, vislumbram os assentamentos como promotores de inserção social e geradores de rendas dos assentados e ficam restritos aos impactos existentes no próprio assentamento.

Em uma visão menos conhecida, existem os que analisam tanto a importância do assentamento como geração de renda, emprego e cidade quanto o papel do estado no suprimento das novas demandas que existirão.

Benedetti (1998, p. 147) menciona que os assentamentos de reforma agrária podem transformar a situação local por intermédio de uma ruptura com as condições existentes no passado, “[...] de instabilidade, para uma nova situação, na qual serão colocadas novas demandas.” Afirma ainda que as reivindicações não se restringem à terra, mas também ao crédito agrícola e à construção de infraestrutura e equipamentos (postos de saúde, escolas, estradas, entre outros) e o estabelecimento de novas relações dos grupos de famílias assentadas com a sociedade local e o poder público. A contratação de pessoal para o atendimento das demandas é vista como benéfica tanto para o campo quanto toda região.

Guanziroli e outros (1997), por sua vez, argumentam que o sucesso de uma reforma agrária depende da responsabilidade dos estados e municípios, como instâncias que direcionam os investimentos públicos aos cidadãos que ganharam uma identidade. Os assentados passam a constituir um núcleo de desenvolvimento local.

Os assentamentos rurais de reforma agrária, para essa visão, podem ser vistos como elementos que alteram as instituições existentes, uma vez que sua constituição arregimenta novos agentes especializados, os quais promovem alterações nas relações do poder local. Dessa forma, os projetos de assentamento de reforma agrária são capazes de transformar as condições locais, promovendo maior dinamismo na economia local e regional (NOMURA; ORTEGA, 2002).

Até o momento, as análises apresentadas têm como foco central as alterações que ocorrem ora den-

tro do assentamento ora na sociedade. De certa forma, o assentamento é visto como elemento transformador da sociedade local, mas pela sua simples presença sem maiores dinâmicas com a sociedade local.

No máximo, a interface assentamento/localidade é analisada como uma relação econômica, na qual o dinamismo da região é ampliado com a venda dos produtos oriundos dos assentamentos por meio de feiras, venda direta ao consumidor urbano e supermercados, etc., ou receptáculos de transferências governamentais que impulsionam a localidade.

As cidades com assentamentos geralmente recebem recursos financeiros do Estado e de organismos não governamentais para apoio a projetos de desenvolvimento local, e isso pode promover maior dinâmica financeira local (MEDEIROS; LEITE, 1998; LEITE, 2000). Além disso, estimulará a abertura de novos estabelecimentos – o que gerará novos empregos e maior movimentação de mercadorias – e ampliará a arrecadação de impostos ao município (LEITE, 2000; NOMURA; ORTEGA, 2002).

Uma vez que a maioria dos teóricos defende a reforma agrária como alternativa à geração de emprego no campo, à melhoria de renda e das condições de vida da população assentada, realizou-se uma pesquisa de campo para verificar se realmente existiam mudanças socioeconômicas e quais seriam as mudanças nas relações entre o assentamento e o setor urbano. Este artigo tem como objetivo mostrar que os assentamentos podem promover mudanças econômicas e sociais e gerar emprego e renda não apenas às famílias beneficiadas pelo processo de reforma agrária, mas também para toda a sociedade local. Para isso, apresenta os resultados de pesquisa de campo realizada em Pontal do Paranapanema.

2 METODOLOGIA

O estudo objetivou averiguar se a reforma agrária promovia o desenvolvimento, tanto no assentamento quanto na região de entorno. Para isso, além da revisão bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo.

Esta pesquisa foi organizada em duas fases. A primeira fase constituiu entrevista com os assentados, realizada em abril de 2003. Na segunda fase, foram rea-

lizadas entrevistas com o governo e empresários do município de Querência do Norte, em setembro de 2003.

A escolha de Querência do Norte justifica-se por possuir o maior número de assentamentos e assentados da região noroeste do Paraná. A opção pelo assentamento Pontal do Tigre ocorreu por este ser o primeiro assentamento de reforma agrária e o maior do município. Outro fator importante na escolha do assentamento foi que este aconteceu em 1988; portanto, suas relações econômicas e sociais dentro e fora do assentamento estavam relativamente sedimentadas; logo, passíveis de ser analisadas.

2.1 A PESQUISA DE CAMPO

A primeira fase da pesquisa de campo ocorreu no interior do assentamento Pontal do Tigre. Essa área foi palco de violência desde o início de sua colonização, ainda na década de 1950. A área da fazenda Pontal do Tigre é de 10.800 hectares e conhecida como Gleba 29.

Essa área foi ocupada pelos sem-terra em 1988, e a desapropriação e emissão de posse ocorreram sete anos após a ocupação, em 1995.

Possui 336 famílias assentadas, provenientes de diversas regiões do estado do Paraná.¹ Estas tinham como único objetivo a luta pela reforma agrária, mas as famílias participavam de diferentes organizações.

Para facilitar a organização interna do assentamento e evitar conflitos culturais e políticos, as famílias foram divididas em seis grupos de acordo com o município de origem com os nomes de Amaporã, Capanema, Castro, Reserva, Tibagi e o grupo da Adecom,² este último formado por arrendatários da fazenda Pontal do Tigre.

Foram aplicados, de maneira aleatória, 91 questionários de maneira a atingir todos os grupos assentados. O questionário aplicado dividiu-se em duas partes. A primeira identificava a origem e as condições sociais dos assentados. A segunda colheu informações sobre a situação econômica, financeira e ambiental das famílias assentadas, após a entrada no lote.

Foi aplicado, também, um questionário a algumas lideranças que participaram da ocupação da fa-

zenda Pontal do Tigre em 1988 e pertenciam ao MST, assim como não filiados e mesmo entre os que discordam da direção do MST. Foram entrevistadas 91 famílias, as quais correspondiam a 369 pessoas.

As informações constantes no questionário aplicado ao assentamento foram digitadas no banco de dados do programa *Statistica*. Todas as entrevistas com as lideranças do assentamento foram gravadas e depois transcritas.

Realizada a primeira fase da pesquisa e identificados os principais problemas e os canais de comercialização dos assentados, elaboraram-se questionários que foram aplicados ao setor urbano e tiveram por objetivo dimensionar qualitativamente a importância econômica e social do assentamento ao comércio e à indústria local.

Esse questionário foi aplicado nos 10 estabelecimentos comerciais citados pelos assentados pesquisados. O mesmo número de questionários foi aplicado em estabelecimentos que não foram citados pelos assentados, evitando-se, assim, tendência nos resultados da pesquisa. No momento da pesquisa de campo, constatou-se que todos os empresários do comércio negociam, em maior ou menor grau, com os assentados do município. Ao todo, foram aplicados 21 questionários ao empresariado local, sendo 18 nos estabelecimentos comerciais e quatro no setor industrial.

Foi elaborado um roteiro de conversa gravada, em setembro de 2003, para identificar as principais posições da prefeitura local em relação ao assentamento.

Os dados coletados com o empresariado local foram alimentados no programa *Statistica*, e a entrevista com o diretor administrativo foi transcrita.

2.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA SOBRE OS INDICADORES ECONÔMICOS

É importante ressaltar que esta pesquisa representa parte da realidade dos assentados e de um assentamento. Outra observação a ser feita é que os dados de mensuração de renda, produção e produtividade refletem as informações atribuídas pelos entrevistados. Observa-se que os beneficiários da reforma agrária não

conseguem mensurar com exatidão esses dados. Alguns assentados também sentiram desconforto e desconfiança quando indagados sobre o nível de renda. Apesar das dificuldades, apenas um entrevistado alegou não saber informar sua renda. Por outro lado, na maioria dos casos, esse cálculo era facilitado em razão da principal atividade econômica do assentamento, a pecuária.³

Normalmente, as análises sobre a reforma agrária levam em conta apenas os aspectos econômicos, comparando a produção das pequenas propriedades com a das grandes. Além da produção e da renda gerada nos lotes dos assentados, que podem ser quantificadas, existe o autoconsumo, as permutas, os laços de amizade, de solidariedade, as relações informais, mutirões, a ajuda mútua, a troca de dias, que reduz a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro e a transmissão dos conhecimentos. Como quantificar variáveis tão complexas?

Esses fatores limitantes estão presentes no assentamento Pontal do Tigre. Todas as famílias disseram que primeiro produzem para o autoconsumo.

Diante do exposto, foi considerada como renda a remuneração obtida pela venda dos produtos produzidos no assentamento, a renda das pessoas que vivem no lote e trabalham ou prestam serviços fora, bem como os benefícios do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS).

3 RESULTADOS

3.1 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO TIGRE

Na pesquisa de campo, foram entrevistadas 91 famílias, totalizando 369 pessoas, o que corresponde a uma média de 4,05 pessoas por lote. Os dados da Tabela 1 mostram que o percentual de menores de 14 anos é de 19,54% da população total, e a maior parte da população encontra-se na faixa etária entre 19 e 50 anos, com quase 45% do total. Já o percentual de idosos com mais de 65 anos é menor que 5% da população, com predominância do sexo masculino.

Tabela 1: Quantidade e percentual do sexo e faixa etária dos assentados – assentamento Pontal do Tigre

Faixa etária	N. de pessoas	% masculino	% feminino	% total
0 a 6	40	4,88	5,96	10,84
7 a 14	69	8,67	10,03	18,70
15 a 18	26	3,25	3,79	7,05
19 a 30	67	10,84	7,32	18,16
31 a 50	98	13,55	13,01	26,56
51 a 65	51	7,05	6,78	13,82
Mais de 65	18	3,52	1,36	4,88
Total	369	51,76	48,24	100

É interessante observar que a porcentagem de mulheres é maior nas faixas etárias de zero a 18 anos. A partir dessa faixa, a tendência inverte-se, passando a haver maior incidência de homens. Essa tendência à masculinização ocorre em razão da falta de oportunidades de trabalho, educação, profissionalização e, principalmente, pela falta de perspectiva de melhores condições de vida, coisas que o centro urbano pode oferecer. Entretanto, há necessidade de estudar os efeitos desse processo sobre a sociedade como um todo, conforme Camarano e Abramovay (1999).

Apesar de o percentual total de mulheres ser de 48,24%, o número de mulheres chefes de família é pequeno. Foram entrevistadas apenas sete nessa condição, ou seja, 7,59%.

Essas mulheres chefes de família são, em sua maioria, viúvas (quatro, com idade inferior a 40 anos) ou separadas. Essa situação parece ser a realidade dos demais assentamentos de reforma agrária brasileiros, conforme destacam Bergamasco e Ferrante (1998, p. 180):

O acesso das mulheres aos benefícios da reforma agrária, como titulares de lotes, é situação de exceção. Somente passam pelo crivo legal do cadastro as viúvas, as solteiras ou quando for comprovada a impossibilidade do marido. [...] nos resultados do Censo: 85,6% dos entrevistados pelo Censo, no Brasil, são homens.

Das entrevistadas, duas declararam ser analfabetas; as demais cursaram, no máximo, até a quarta série primária.

Os dados coletados mostram que na faixa etária de zero a seis anos, 72,50% das crianças não frequentam a escola, por ainda não terem idade suficiente, e 20% estão matriculadas na pré-escola. A porcentagem de analfabetos é de 11,92% do total de residentes do assentamento. Estes estão localizados na faixa etária acima de 19 anos e aumentam progressivamente com o aumento da faixa etária. Na faixa etária de 19 a 30 anos, 2,99% são analfabetos, enquanto 72,22% dos maiores de 65 anos se encontram nessa situação.

Um ponto a ressaltar é que não existem crianças e adolescentes menores de 18 anos analfabetos. Até essa faixa etária, os jovens estão cursando, ou ao menos cursaram as séries iniciais. Dos 11,92% de analfabetos do assentamento, 6,77% são representados por pessoas do sexo masculino e 5,15% por pessoas do sexo feminino.

É elevado o percentual de chefes de família com baixa escolaridade: 21,98% são analfabetos e 58,24% têm até a 4ª série completa.

Essa situação tende a permanecer e/ou pouco se alterar, uma vez que se constata que não há muito interesse ou disposição dos adultos em retornar à sala de aula. Por outro lado, mesmo que houvesse o interesse, não existe nenhum programa de alfabetização de adultos no assentamento.⁴

Um dado positivo da pesquisa é que não foi encontrada nenhuma criança em idade escolar fora da escola.⁵ Observa-se que, entre os assentados, existe uma preocupação muito grande em relação ao futuro e ao nível educacional de seus filhos. Defendem, segundo Brandão (2003), um modelo de escola diferente do proposto pelo Sistema de Educação da União.

Os assentados defendem uma escola onde sejam desenvolvidas atividades mais amplas, para que os alunos compreendam a sociedade e a realidade dos assentados, conforme Silvio (2000 apud BRANDÃO, 2003, p. 187):

[...] Não só ensinar o blá, blá, blá, tudo que está no livro, no pé da letra [...]. Tem que ensinar pro aluno o que o mundo está vivendo, o dia a dia dele [...], o cotidiano dele [...] queremos que as professoras ensinem um pouco a metodologia do povo.

A escola existente no assentamento atende os filhos de assentados, de pequenos produtores, de ilhéus e de empregados das fazendas. A principal preocupação da escola é fazer com que esses alunos não percam sua identidade, conforme Camilo (2003):

[...] E esse conhecimento tem que ser construído na escola, até mesmo que para o educando não perder a sua identidade. Então isso é uma coisa muito forte que a gente tem, nos temos enquanto educadores. É fazer com que nossos educandos não percam a identidade, não perca quem ele é, da onde ele veio e aon-

de ele tá querendo ir. Pra ele conseguir superar toda essa dificuldade que, que o norteia, é necessário que ele tenha esse conhecimento, “quem eu sou?” Que ele é um filho de assentado, que ele é um sem-terra, né. E o que ele quer da vida, e aonde ele quer chegar. Então, eu vejo que essa questão é bem forte na nossa escola. E é bastante cobrado, também, da comunidade como um todo de estar trabalhando a realidade do aluno.

3.2 INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Após a chegada à fazenda Pontal do Tigre, as famílias passaram a viver debaixo de barracas de lona e enfrentaram diferentes tipos de adversidade, principalmente em dias de chuva e vento. Após a entrada no lote, essa situação se modificou. Hoje, todas as famílias possuem casa, e 82,42% vivem em casas de alvenaria. Do restante, 13,19% vivem em casas de madeira e 4,40% em casas de construção mista, conforme Tabela 2. Quase 60% dessas casas, 52 casas, possuem metragem inferior a 70m² e 12% das famílias têm casas com área total superior a 100m², totalizando 11 casas (Tabela 2).

Tabela 2: Tipos e tamanhos das residências das famílias assentadas – assentamento Pontal do Tigre

Residência	Até 50 m ²		De 50 a 70 m ²		De 70 a 100 m ²		Mais de 100 m ²		Total	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%
Alvenaria	27	29,67	25	27,47	14	15,38	9	9,89	75	82,42
Madeira	4	4,40	3	3,30	3	3,30	2	2,20	12	13,19
Mista	1	1,10	2	2,20	1	1,10	0	0	4	4,40
Total	32	35,16	30	32,97	18	19,78	11	12,09	91	100

No assentamento Pontal do Tigre, 100% das famílias possuem energia elétrica. Em decorrência das atividades econômicas desenvolvidas, a energia elétrica é de extrema importância aos assentados.

Um dado preocupante é a utilização de agrotóxicos no combate a pragas e doenças. Apesar de haver toda uma preocupação dos educadores e da existência de projetos agropecuários objetivando preservar a natureza, ocorrem acidentes no campo. É elevado o percentual de pessoas que responderam ter alguém na família que já foi vítima de intoxicação por utilização de agrotóxico, 15,38%. Segundo os assentados entrevistados, ainda não houve nenhuma morte, mas muitos dizem que não podem mais manusear e/ou passar qualquer tipo de agrotóxico, pois sofrem reações alérgicas.

Uma das explicações para esse alto percentual pode ser o baixo nível de escolaridade dos chefes de família. Os dados levantados apontam que a maior

Uma das explicações para esse alto percentual pode ser o baixo nível de escolaridade dos chefes de família. Os dados levantados apontam que a maior

incidência de intoxicação ocorreu nas famílias, cujos chefes têm poucos anos de estudo. Dos 14 acidentes com uso de agrotóxico, 11 ocorreram nos lotes em que o chefe da família possuía, no máximo, a quarta série primária.

Além do baixo nível de escolaridade, outra explicação a ser considerada é a falta de assistência técnica para orientação do manuseio desses produtos. Dos 91 chefes entrevistados, 30 disseram não receber orientação e/ou informação da forma de manuseio dos agrotóxicos. Segundo estes, na hora da compra são informados de que devem se prevenir e tomar muito cuidado na hora de aplicação do produto; contudo, essas dicas ficam apenas no local de venda e que, raramente, os técnicos aparecem em seus lotes.⁶

A maior incidência de intoxicação foi constatada na cultura do arroz. Das 14 famílias que tiveram problemas de intoxicação, nove cultivam o arroz. Os assentados dizem que utilizam agrotóxicos nessa cultura por não conhecerem outros meios de combater as pragas e doenças que a atacam.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

É importante destacar que todos os entrevistados disseram que produzem quase tudo de que necessitam para a subsistência familiar. Quando não produzem algum alimento em seu lote, recorrem ao escambo ou à compra dentro do próprio assentamento, aumentando a renda e a integração entre os grupos.

Na produção agropecuária, os principais produtos comercializados são: arroz, mandioca, milho, algodão, soja e o bicho da seda.⁷ Apesar de todos os grupos produzirem, em razão da qualidade da terra e da topografia e da existência de áreas alagadas, alguns assentados não conseguem diversificar sua produção e ocupar todo o lote. Dos 91 chefes entrevistados, apenas 44 disseram aproveitar 100% do lote. Em virtude das áreas alagadas, 15 pessoas disseram que aproveitam menos de 75%; quatro aproveitam apenas 50% de seu lote.

Em relação à pecuária, a maioria dos assentados reserva, se não completamente, ao menos uma parte

da área para a criação de gado leiteiro, pois 91,2% dos assentados comercializam parte do leite produzido, e o restante utiliza para consumo familiar. Essa atividade é de fundamental importância aos assentados, uma vez que o pagamento é realizado mensalmente; portanto, há garantia de renda.

O leite é o produto mais comercializado no assentamento. Toda a produção leiteira dos assentados é destinada a um laticínio instalado no município e para a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda. (Coana⁸). O laticínio do município produz derivados do leite, que são comercializados, principalmente no estado de São Paulo. O leite recolhido pela Coana é destinado a um laticínio localizado em Nova Londrina.

Algumas famílias, isoladamente, produzem e comercializam derivados do leite – queijos. Essas famílias buscam distribuidores em outros municípios para poderem ampliar a produção.

A falta de uma política agrícola que garanta preços mínimos aos produtores gera uma insegurança na hora de produzir. Para evitar possíveis desistências dos lotes, o MST local procura conscientizar os assentados para a importância da produção de subsistência, além da comercialização de produtos diversificados.

Os produtos de subsistência produzidos no assentamento, quando há excedente, são comercializados diretamente com o consumidor ou por intermediários do município. Os intermediários, nos períodos de safra, compram principalmente o arroz, milho e feijão, que são comercializados com os comerciantes da região.

3.4 RENDA MONETÁRIA FAMILIAR E *PER CAPITA*

Foi analisada a renda monetária auferida com as vendas dos produtos do lote e a renda total, que é o valor arrecadado pela venda dos produtos do lote somado a outros rendimentos, como salários de membros da família, aposentadorias e serviços prestados a terceiros.

Pela Tabela 3 observa-se que a maioria dos assentados declarou ter uma renda igual ou superior a um salário mínimo.⁹ Das 91 famílias entrevistadas, no entanto, em oito constatou-se renda de o lote ser inferior a um salário mínimo. Se for considerada a renda total, o número reduz-se para quatro. É problemático constatar que, no assentamento, ainda exista uma situação de baixíssima renda monetária. O as-

pecto positivo são as diversas redes de solidariedade que resultam em melhoria da renda familiar.

Por outro lado, apenas três famílias auferem renda igual ou superior a três salários mínimos com os produtos do lote. Quando se soma a renda de ocupações não agrícolas à renda do lote, a quantidade de famílias que possuem mais de três salários mínimos é de 18, o que corresponde a 19,78%.

Tabela 3: Faixa de renda do lote e total das famílias – assentamento Pontal do Tigre

Faixa de salários mínimos	Renda do lote		Renda total	
	Q.	%	Q.	%
De 0 a ½	1	1,10	1	1,10
½ a ¾	3	3,30	1	1,10
¾ a 1	4	4,40	2	2,20
1 a 1,5	39	42,85	24	26,37
1,5 a 2	24	26,37	21	23,08
2 a 2,5	10	10,99	14	15,38
2,5 a 3	6	6,59	9	9,89
Mais de 3	3	3,30	18	19,78
SD*	1	1,10	1	1,10
Total	91	100	91	100

* Nota: SD – dados não fornecidos.

O maior valor declarado de renda do lote foi quatro salários mínimos. O mesmo ocorre quando se analisa a renda total, ou seja, há somente um caso em que a renda ultrapassou os cinco salários, em razão de existir mais de uma pessoa recebendo benefícios da previdência social.

A média geral de renda dos lotes foi de R\$280,90. Ao se considerar a renda total familiar, esse valor passa para R\$393,78. Esses valores estão acima da média nacional. Sparavek (2003) diz que os valores de renda familiar mais elevados ocorrem nos projetos criados entre 1985 e 1994. Segundo o autor, a média da renda nacional nos lotes de assentamento, no Brasil, é de R\$232,00 por mês.¹⁰

Já a renda *per capita* média do assentamento, considerando todas as remunerações auferidas, foi de R\$114,06, o que, na época da pesquisa, estava um

pouco acima de meio salário mínimo. Olhando para o todo, pode-se dizer que a renda *per capita* média é superior a US\$ 1,00 por dia.¹¹

Observou-se que a renda *per capita* de cada grupo não é homogênea e mesmo dentro de cada grupo ocorrem variações. A menor variação de renda ocorre nas famílias de assentados do grupo de Capanema, os demais apresentam grandes variações.¹² Esse grupo e o de Amaporã são os que apresentam as melhores rendas médias *per capita*, sendo R\$130,08 e R\$126,71, respectivamente. As menores rendas médias *per capita* estão localizadas nos grupos de Tibagi (R\$106,37), Reserva (R\$106,30) e Adecom, com R\$ 100,18.

Uma das explicações, inclusive no assentamento, para a melhor condição econômica do grupo de Capanema é a sua localização geográfica privilegiada

em relação aos demais grupos. Constatou-se, na pesquisa de campo, que esse é o grupo que consegue a maior diversificação dentro de seus lotes. Os grupos de Capanema e Amaporã estão localizados em terras que possuem poucas áreas alagadas, o que facilita a diversificação de atividades. A Tabela 4 apresenta a situação de cada grupo.

Nos grupos da Adecom, Reserva e Castro, os quais apresentam as piores situações, mais de 50% das famílias têm uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

A melhor situação continua sendo a do grupo Capanema. Nesse grupo, não ocorre ninguém que esteja na faixa de 0 a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, e 72,22% das famílias auferem renda superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*.

Apesar de o grupo Amaporã ter uma renda *per capita* média de R\$126,71, 50% das famílias desse grupo apresentam renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, dado que 48,35% das famílias apresentam renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. As famílias que recebem acima de meio e abaixo de um salário mínimo representam 35,17%.

Tabela 4: Faixa de renda *per capita* por grupo de origem – assentamento Pontal do Tigre

Faixa de renda Em reais (R\$)	Adecom		Amaporã		Capanema		Reserva		Castro		Tibagi		Assentamento	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%
De 0 a $\frac{1}{4}$	1	6,67	3	21,43	-	-	4	16	2	13,33	1	25	11	12,09
$\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$	8	53,33	4	28,57	5	27,78	9	36	6	40	1	25	33	36,26
$\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$	1	6,67	2	14,29	6	33,33	8	32	3	20	2	50	22	24,18
$\frac{3}{4}$ a 1	2	13,33	2	14,29	3	16,67	2	8	1	6,67	-	-	10	10,99
1 a 2	1	6,67	3	21,43	4	22,22	2	8	2	13,33	-	-	12	13,19
Igual a 2	1	6,67	-	-	-	-	-	-	1	6,67	-	-	2	2,20
SD*	1	6,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,10
Total	15	100	14	100	18	100	25	100	15	100	4	100	91	100

*Nota: SD – dados não fornecidos.

Quando indagados sobre sua situação econômica atual em relação ao passado (melhor, igual ou pior), 92% disseram que está melhor, e somente 7,6% afirmaram que sua situação permaneceu igual. Nenhum mencionou que sua situação piorou. Mesmo havendo pessoas que consideram que sua condição econômica não se alterou, é importante ressaltar que nenhuma família abandonou seu lote.

A Tabela 5 mostra a origem da renda dos lotes. Observa-se que 67,03% das famílias dependem exclusivamente da renda do lote. Verifica-se, também, que a participação dos aposentados na composição da renda familiar é elevada (21,98%). Por outro lado, é pequena a participação de rendas provenientes de pessoas empregadas fora do lote (6,59%); para outros tipos de renda, como arrendamento e prestação de serviços a terceiros, o percentual é ainda menor: 4,40%.

Tabela 5: Origem das rendas dos lotes – assentamento Pontal do Tigre

Origem	N. de lotes	%
Lote	61	67,03
Lote mais aposentadorias	20	21,98
Lote mais salários	6	6,59
Lote mais outras rendas	4	4,40
Total	91	100

Caso se desconsidere a participação dos aposentados na formação da renda familiar total, tem-se que ainda é pequena a participação da renda não agrícola na composição da renda total.

Ao observar a faixa etária dos assentados que vivem no acampamento (Tabela 5), afirma-se que a participação dos aposentados na composição da renda familiar nos próximos anos tende a aumentar.

Por outro lado, o crescimento do número de assalariados no assentamento depende da qualificação profissional e da infraestrutura do estado e do município.

3.5 AS PERSPECTIVAS DENTRO DO ASSENTAMENTO

Apesar das dificuldades, os assentados vêm buscando alternativas para ampliar a renda familiar. Uma dessas alternativas é a criação da cooperativa de trabalho

de um grupo de mulheres assentadas. Na última visita ao assentamento, em setembro de 2003, constatou-se que essas mulheres realizaram parceria com um empresário do município que atua no segmento de facção.

No assentamento Pontal do Tigre observou-se a melhoria da qualidade de vida dos assentados, pois não há crianças em idade escolar fora da escola; existe a garantia da venda da produção e comercialização de produtos ao setor urbano, moradia com água, luz e infraestrutura, além do aumento da diversidade de produtos produzidos e trocados entre os assentados, conforme Quadro 1.

Antes de 1983	De 1983 a 1988	De 1988 a 2000
+/- 10 famílias.	+/- 96 famílias.	+/- 336 famílias.
+/- 3 mil cabeças de gado.	+/- 3 mil cabeças de gado.	Mais de 6 mil cabeças de gado*, milhares de cabeças de aves**.
Pasto e brejo.	Pasto, brejo e +/- 416 hectares arrendados para 86 famílias.	Plantio de arroz, milho, algodão, mandioca, criação de gado, pasto, reserva ambiental.
O que se produzia era vendido fora do município de Querência do Norte.	Apenas o que era produzido pelos arrendatários era vendido no município de Querência do Norte.	Todo o excedente é vendido e comercializado no município e fora dele.
O que se consumia era comprado fora do município.	Apenas o que os arrendatários consumiam era adquirido no município de Querência do Norte.	Tudo o que se consome no assentamento (alimentos, bens e insumos) é comprado no município de Querência do Norte, revitalizando a cidade.

Quadro 1: Situação da produção, número de famílias, origem dos produtos consumidos e destino dos produzidos – Fazenda Pontal do Tigre

Fonte: com base em Brandão (2003).

Nota: +/- significa: mais ou menos. *Gado: boi, vaca, cavalo, porco, etc. **Aves: galinhas, patos, perus, etc.

Até 1983, os 10.800 hectares de terra empregavam, aproximadamente, 10 famílias, e a renda gerada na propriedade era remetida para fora do município. A partir de 1983, com as negociações entre o poder público local, sindicatos e iniciativa privada, uma pequena parte da fazenda passou a gerar emprego e renda para, mais ou menos, 96 famílias do município. Após a desapropriação da fazenda, em 1995, esse número aumentou para 336 famílias. Nesse período, ocorreu aumento da produção e diversificação das atividades desenvolvidas na área.

Dessa forma, pode-se dizer que, após a realização do assentamento, a terra proporcionou a produção de alimentos, geração de renda de forma direta para centenas de famílias ali instaladas. Observa-se que a terra passou a ser explorada de maneira mais intensiva e diversificada, e a renda obtida passou a ser gasta no município.

O assentamento gerou empregos diretos para centenas de pessoas que estavam fora do mercado de trabalho e/ou não tinham perspectiva de melhoria de condições de vida.

Pode-se dizer, inclusive, que o assentamento contribui para a geração de emprego e renda no setor urbano, uma vez que a simples compra de bens duráveis e não duráveis – calçados, vestuários, ferramentas, implementos agrícolas, entre outros – e a utilização de serviços essenciais da área de saúde pelos assentados dinamizam o comércio e serviço local.

3.6 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na pesquisa de campo realizada com o empresariado local, constatou-se que, após a chegada dos sem-terras, em 1988, ocorreu um aumento no nível de atividade econômica no município. Todos disseram que os assentamentos que surgiram no município foram importantes para dinamizar o comércio da cidade, que vinha diminuindo há anos.

Para eles, antes da chegada dos sem-terras, muitos fazendeiros não exploravam suas terras, e a maioria dos que exploravam vivia e vive fora do município. Dessa forma, toda a renda gerada no município pelas fazendas era e é gasta na cidade de origem do fazendeiro. Agora, a renda gerada pelos assentados é gasta no município, o que tem garantido maior dinamismo ao comércio local.

Os empresários citam que até a chegada dos sem-terras era possível contar com facilidade o número de estabelecimentos comerciais existentes na cidade. Segundo os moradores, não havia um único supermercado, apenas bares e mercearias. Após a chegada dos sem-terras e com o aumento de pessoas produzindo na região, a cidade transformou-se; foram criados dois supermercados e outros minimercados, além de investimentos em postos de combustíveis e indústrias de transformação.

Hoje, para alguns empresários do ramo varejista, o consumo dos assentados chega a representar até 60% de suas vendas totais. O consumo dos assentados é mais importante aos pequenos estabelecimentos. Entretanto, todos os empresários entrevistados afirmam que teriam seus lucros reduzidos, caso os assentados deixassem de comprar.

Para a Associação Comercial e industrial de Querência do Norte, os assentamentos e a produção dos assentados foram primordiais ao aumento da atividade econômica no município. Isso ocorreu em razão do aumento populacional, o que viabilizou a criação de pequenas empresas no município, gerando emprego e renda para centenas de pessoas.

Um dos exemplos do dinamismo econômico no município promovido pelos assentamentos de reforma agrária pode ser dado pelo surgimento de uma indústria de féculas de mandioca.¹³ Essa empresa, criada em 1994, tem investido no município, e toda sua produção é exportada para outros estados, sendo 90% para os estados do Nordeste e 10% para a Região Norte. A maior parte da matéria-prima utilizada, a mandioca, vem dos assentamentos. Essa indústria conta com 35 empregados diretos, e todo seu processo de produção é automatizado.

Assim como acontece na indústria de fécula, o leite produzido pelos assentamentos é responsável pelo funcionamento de um laticínio no município. Aproximadamente, 90% do leite utilizado para transformação¹⁴ no laticínio é originário dos assentamentos da região e de pequenos agricultores. Praticamente toda a produção do laticínio é comercializada no estado de São Paulo. A empresa possui 14 empregados diretos e cinco indiretos (os que transportam o leite).

Em relação à inadimplência, na opinião de 95% dos empresários do segmento do comércio, é baixo o número de inadimplência dos assentados. Segundo eles, os assentados são ótimos clientes e quase não há restrições de crédito, salvo alguns imprevistos a que está exposto o setor rural, como fatores climáticos. Outro fator que reduz o risco de inadimplência é decorrente do fato de que os assentados não podem ter nenhum título protestado em seu nome, pois, se isso ocorrer, eles não conseguem obter financiamentos no setor público.

Como os assentados estão organizados em núcleos e é esse núcleo que representa os assentados na instituição financeira, se algum dos membros do núcleo ficar inadimplente e ter algum título protestado, nenhuma família do núcleo receberá recursos.

Observa-se, também, que as famílias que trabalham coletivamente, como as da Copaco, recebem maior confiança dos comerciantes. Segundo Gonçalves (2003), nesse caso, todos do grupo são responsáveis pela compra.

3.7 A VISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A chegada dos sem-terras ao município de Querência do Norte, em 1988, foi vista com desconfiança pela população e preocupação pelo poder público local. Segundo o diretor administrativo da Prefeitura, Antônio Norberto Rossi (2003), a chegada repentina dessas pessoas, que não possuíam recursos financeiros e necessitavam de todo tipo de ajuda e infraestrutura representava um problema à prefeitura, pois os recursos financeiros eram e são limitados. Essa fase foi superada e hoje se considera o relacionamento normal, uma vez que os assentados já fazem parte da comunidade.

Apesar da existência de oito assentamentos em Querência do Norte, estes não foram suficientes para assentar todas as famílias acampadas, atualmente, no município. Rossi (2003) afirma que, das 638 famílias assentadas no município, apenas 30% seriam do município, aproximadamente 200 famílias. Segundo ele, existem atualmente cerca de 250 a 300 famílias do município que não conseguiram ser assentadas e estão acampadas na região.

Em relação aos assentados, os maiores gastos da prefeitura, segundo Rossi (2003), estão no setor de saúde, educação e infraestrutura.¹⁵

Para atender ao aumento de demanda pelos serviços públicos, a prefeitura teve de contratar mais pessoas. Em 1988, o número de funcionários não chegava a 200; atualmente, esse número é de 460 pessoas. Rossi (2003) comenta que esse aumento no número de funcionários não decorreu apenas da chegada dos sem-terras ao município, mas porque a prefeitura fez ampliação na rede de educação, melhorias no setor rodoviário e maiores investimentos no setor de saúde para atender a todos os residentes do município.

Quando indagado sobre as transformações ocorridas no município com a chegada dos sem-terras, Rossi (2003) afirma que, com o aumento do número de habitantes, a prefeitura teve que abrir novas vagas e contratar pessoas para atender à demanda dos diversos serviços prestados, o que aumentou as despesas. Por outro lado, Rossi (2003) avaliou positivamente o desempenho econômico com o assentamento.

O comércio aumentou o volume de vendas. [...] E a arrecadação vem-se mantendo, ela aumentou sim porque aumentou a área de plantio. A área de plantio do município vem crescendo. As áreas grandes dos fazendeiros, que têm áreas grandes, eles arrendam, e os que não arrendaram plantam. Áreas que eram pastagens, hoje se transformam em plantio de lavoura de soja. Pelo menos, nos últimos quatro anos vem acontecendo isso, mais, assim, dizer que caiu a arrecadação, não, vem só crescendo. Não é só o fato da produção dos assentamentos, é num geral. (ROSSI, 2003).

O diretor administrativo afirma que o aumento da produção de grãos no município não tem relação com a chegada dos sem-terras na região, mas sim o medo da reforma agrária. Esclarece que muitos fazendeiros, com receio de ter suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária, buscam alternativas¹⁶ para melhorar e ampliar a área de produção. Desta forma vem ocorrendo um aumento, ano a ano, da área de plantio de grãos¹⁷ no município.

Quando indagado sobre eventuais ganhos ou perdas em relação às desapropriações de fazendas ocorridas no município, Rossi (2003) menciona que:

Da maneira como elas vinham sendo conduzidas, para o município se tornou agora melhor [...] Porque eram fazendas que realmente não produziam, era pouca receita [...] Hoje, são consideradas como pequenos produtores e geram uma receita, não é assim uma receita [...] que seria o ideal, pode crescer mais, aumentar a produção, aumentar a produtividade dentro da pequena propriedade [...]

Considera que a reforma agrária não trouxe nenhum prejuízo à comunidade local e acha que todos ganharam.

[...] todos ganharam, porque o comércio ganhou o município; hoje tem mais despesas, mas também tem mais arrecadação. Não só o fato da produção dos assentados, como eu disse pra você, tem vários fatores que fizeram a arrecadação do município crescer. Porque cresceu a população, cresceu a despesa, conseqüentemente, tem que crescer a arrecadação. [...] (ROSSI, 2003).

É importante ressaltar que, para o empresariado local, falta maior acompanhamento técnico e cursos especiais aos assentados. Segundo os empresários, alguns assentados não conseguem produzir nem para a subsistência e acabam comprando verduras e legumes na sede do município, uma vez que não conseguem e/ou não sabem como produzir em seus lotes. “Se não tiver maior acompanhamento técnico, essas pessoas, apesar de serem minoria, acabam se desiludindo e tendem a abandonar seus lotes.”

Em relação aos partidos políticos, assim como na maioria das pequenas cidades, em Querência do Norte, a população está dividida em dois grupos: a situação e a oposição.¹⁸ Segundo Rossi (2003), com a chegada dos sem-terras e, principalmente nas últimas eleições, apareceu o Partido dos Trabalhadores (PT), mas ainda não representa nenhuma quebra de hegemonia política no município. Entretanto, é importante ressaltar que, na última eleição municipal, o PT conseguiu eleger um representante à câmara de vereadores que, inclusive, é um assentado do município.

Em resumo, apesar de a chegada dos assentados ao município de Querência do Norte ter sido motivo de preocupação e medo da maioria da população, essa situação alterou-se com o passar dos anos, principalmente depois da realização dos primeiros assentamentos de reforma agrária no município, em 1995.

Observou-se que o empresariado local mantém bom relacionamento com os assentados. Grande parte destes não só depende da produção de matérias-primas, como é o caso da mandioca, leite e arroz,

como também considera importante o consumo dos assentados, uma vez que esse consumo é responsável pelo maior dinamismo no setor varejista do município.

Para a prefeitura, a reforma agrária também trouxe benefícios, apesar do aumento dos gastos nos setores essenciais. A renda gerada nos assentamentos tem promovido maior dinamismo no comércio local, o que se reflete de forma direta sobre a arrecadação do município. O medo de os fazendeiros terem suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária também foi importante para o aumento da arrecadação do município, já que eles passaram, de diversas formas, a utilizar suas terras.

Atualmente, o principal problema da prefeitura é com os acampados do município, uma vez que estes não conseguem gerar renda e dependem, em parte, de recursos públicos, principalmente, do setor de saúde.

Dessa forma, observa-se que, mesmo sem atingir bons níveis de produção e produtividade, o assentamento dessas famílias no município de Querência do Norte promoveu transformações que foram além do aumento populacional e da retenção do homem no campo. Essas famílias, que antes de serem assentadas, poderiam representar problemas a outros municípios, em razão da exclusão e da falta de qualificação profissional, agora geram renda e empregos em seus lotes e fora deles.

Nesse contexto, afirma-se que a reforma agrária promove o desenvolvimento econômico de seu entorno e, ao menos, na cidade de Querência do Norte, prova ser capaz de melhorar as condições de vida de pessoas que vivem nas áreas urbanas e rurais.

4 CONCLUSÃO

O Brasil é um dos poucos países do mundo que, em razão de seu tamanho, possui grande área agricultável e, em grande parte, nas mãos de grandes proprietários. A concentração de renda é uma das maiores do mundo. Isso leva vários movimentos sociais a reivindicarem um lote para morar e terra para sobreviver.

Nesse contexto, como uma das alternativas, a reforma agrária reinsere social e economicamente milhões de excluídos.

A reforma agrária não representa a única alternativa para resolver todos os graves conflitos sociais e de renda existentes no país, mas pode-se afirmar que possui grande importância para a redução da pobreza no campo e promover o desenvolvimento econômico e social do assentado e do seu entorno.

Em relação ao assentamento estudado, pode-se dizer que a reforma agrária transformou a vida das famílias assentadas. Essas pessoas não tinham trabalho fixo, viviam como boias-frias, estavam sempre migrando de uma cidade para outra na busca de emprego; não tinham perspectivas de melhorar suas condições de vida nem a de seus filhos. As crianças não conseguiam frequentar a escola, e as que o faziam não conseguiam permanecer por muito tempo, uma vez que, quando tivessem resistência física suficiente, seriam obrigadas a trabalhar com seus pais no campo.

Com o assentamento, essa situação mudou. Os assentados não estão mais dependentes de trabalhos sazonais. Hoje, todas as famílias pesquisadas têm consciência de que, por intermédio de seu trabalho, podem melhorar suas condições de vida e oferecer melhores condições a seus filhos.

Atualmente, no assentamento, não há crianças fora da escola. A educação é prioridade às famílias do assentamento de Pontal do Tigre. Elas têm claro que a transformação da realidade passa pela educação formal e pela cultura. O assentado não rompeu com sua história passada, ao contrário, tem procurado retransmitir a seus filhos todas as experiências vividas.

A melhoria na qualidade de vida dos assentados, apesar das divergências internas, vai além da educação e passa pelas condições de saúde, transportes, infraestrutura e até mesmo de crédito que anteriormente não tinham por não possuírem emprego e residências fixa.

A maioria participa das discussões políticas. Sabem que a transformação da realidade do assentamento passa pela consciência política de todos. Mes-

mo depois de assentados, muitos permanecem na luta em defesa da reforma agrária, principalmente os integrantes do MST.

Hoje, ao menos no assentamento estudado, essas pessoas sentem-se parte da comunidade, discutem os problemas sociais assim como reivindicam ao poder público soluções e melhorias para toda a sociedade.

A reforma agrária em Querência do Norte conseguiu melhorar as condições de vida dos assentados, romper com a situação de miséria em que se encontrava a maioria das famílias antes do assentamento. Parte dessa conquista deve-se ao modelo de organização social dos assentados. As organizações internas, no assentamento, seguiram as experiências, vividas pelas famílias, do passado e as orientações do MST.

Neste estudo, há evidências de que os assentamentos promovem o desenvolvimento das comunidades rurais, o que pode garantir a permanência das famílias no campo, possibilitando-lhes melhor qualidade de vida. Isso representa um ganho para toda a sociedade como um todo, tanto econômico quanto político e social.

No assentamento Pontal do Tigre, percebeu-se que a reforma agrária promoveu a solidariedade entre os diversos grupos, estabeleceu uma complexa rede de organização entre as famílias, o que garante maior participação popular nas decisões de projetos de melhoria à comunidade; gerou emprego e renda a centenas de famílias que não possuíam expectativas de alterar sua situação econômica e social. O ganho de melhoria da qualidade de vida foi além das fronteiras do assentamento: chegou à cidade e é responsável, em parte, pelo desenvolvimento do local.

Pode-se concluir, portanto, que a reforma agrária vai além dos limites do assentamento. Se por um lado ocorre uma melhoria do assentado, por outro, ocorrem impactos positivos sobre a região de entorno. Falta conhecer melhor o alcance social e econômico da reforma agrária. Muitos a criticam por não dimensionarem as repercussões sociais e econômicas do assentamento organizado ao longo do tempo.

Agrarian reform: a history of development of Querência do Norte – Paraná

Abstract

The discussion of Brazilian development and the need of agrarian reform has always been present in theoretical terms and the public policies reflected in government plans. This paper examines the socioeconomic impacts of a settlement on the urban sector in the period from 1950 to the beginning of the twenty-first century and seeks to identify the major changes within and outside the settlement. For this, a research was conducted in Pontal do Tigre, in the City of Querência do Norte, in Paraná. The results show that the settlements consolidated of reform have two important impacts: one, inside the settlement, in which there were conflicts minor, generation of employment and income, improvement of living conditions and social integration of families settled. Another result is that the economic activities within the settlement contribute importantly to greater dynamism of the local and even regional trade.

Keywords: Agrarian reform. Local development. Querência do Norte.

Notas explicativas

- ¹ A ocupação da fazenda Pontal do Tigre, em 1988, foi patrocinada, em partes, pelo Governador do Estado, Álvaro Dias, prefeitos municipais, entre outras autoridades políticas. Para maiores detalhes, ver Silva (2003).
- ² Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte.
- ³ O predomínio, na pecuária, é a criação de gado leiteiro. Essa atividade oferece aos assentados uma renda mensal e/ou quinzenal.
- ⁴ Segundo Camilo (2003), falta apoio público nesse sentido, e os analfabetos parecem não se preocupar muito com essa situação.
- ⁵ Todas as crianças, com idade inferior a 14 anos, estudam atualmente. Segundo a diretora da Escola do Centrão, professora Maria Edi da Silva Camilo, quando uma criança tem mais de cinco faltas seguidas, sem justificativa, uma comissão vai até a casa dos pais para saber o motivo das faltas e solucionar possíveis problemas. Segundo a diretora, esse trabalho vem dando certo, e essa atitude é a principal responsável pela não evasão escolar no assentamento. Entretanto, um dado negativo é o de que 3,79% das crianças da faixa etária entre 7 a 14 anos trabalham e estudam.
- ⁶ Algumas famílias disseram que dificilmente recebem acompanhamento técnico, seja este da Emater ou de cooperativas. Por outro lado, muitas famílias disseram que os técnicos passam com regularidade em suas propriedades. O que se percebe é que os lotes mais bem-estruturados recebem mais apoio e orientação técnica.
- ⁷ Além dos produtos destinados à comercialização, os assentados plantam hortaliças, possuem pomares de frutas para o consumo familiar e criam pequenos animais, como porcos, frangos e ovinos, entre outros.
- ⁸ A Coana é a cooperativa dos assentados do município de Querência do Norte.
- ⁹ O valor considerado do salário mínimo foi de R\$ 200,00.
- ¹⁰ Sparavek (2003) afirma que o Nordeste apresentou os menores valores e o estado de São Paulo os maiores. O autor ainda diz que as maiores fontes de renda complementar foram as pensões e outros benefícios do governo (bolsa-escola, pensões, aposentadoria, vale-gás, entre outros) e a venda de trabalho agrícola no projeto ou na região (diarista).
- ¹¹ Cotação do dólar em novembro de 2003 em R\$2,88.
- ¹² A tentativa de se traçar um perfil dos assentados que auferiram maiores rendas foi frustrada, uma vez que em todos os cruzamentos de dados (renda do lote x atividade anterior, escolaridade, faixa etária, etc.) os resultados são inconsistentes para análise.
- ¹³ Indústria e Comércio de Féculas Juriti Ltda.
- ¹⁴ O Laticínio Noroeste produz apenas os derivados queijo e manteiga.
- ¹⁵ O maior gasto em infraestrutura recai sobre a construção de estradas rurais. O INCRA faz o loteamento, e a prefeitura realiza a construção das estradas no assentamento. Apesar de virem recursos do INCRA para esses serviços, o valor não é suficiente, obrigando a prefeitura a complementar o que falta.
- ¹⁶ Segundo Rossi (2003), a prática mais utilizada pelos fazendeiros é o arrendamento.
- ¹⁷ Além disso, chama a atenção para a adesão dos fazendeiros ao Programa Soja no Arenito, desenvolvido pela Cocamar e Copagra no município, que vem levando muitos fazendeiros a trocar a pecuária pela agricultura.
- ¹⁸ A situação, no momento, é formada pela coligação do PMDB (partido do Prefeito) e PSDB (partido do Vice-prefeito).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, José Urbano. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira como medida fundamental de combate à fome. In: TEIXEIRA, E. L.; VIEIRA, W. da C. (Ed.). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa, 1996. 210 p.

BENEDETTI, Adriane Cristina. **Na conquista da fronteira**: um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS. 1998. 183 f. Dissertação (Mestrado)—Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1998.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; FERRANTE, Vera L. S. B. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998. p. 171-204.

BESLEY, Timothy; BURGESS, Robin. Reforma agrária, redução da pobreza e crescimento: evidências na Índia. In: TEÓFILO, Edson (Org.). **A economia da reforma agrária**: evidências internacionais. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Rural, 2001. 1 CD-ROM.

BRANDÃO, Elias C. **História social da invasão do Brasil ao maxixe e lambari**. Maringá: Massoni, 2003.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão n. 621. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2002.

CAMILO, Maria Edi. Entrevistador: Paulo Bento da Silva. Querência do Norte, 2003. 1 fita cassete (90 min).

FERNANDES, Bernardo M.; RAMALHO, Cristiane B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Tigre do Paranapanema. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 141-156, set./dez. 2001.

GONÇAVES, Paulo. Entrevistador: Paulo Bento da Silva. Querência do Norte, 2003. 1 fita cassete (60 min).

GUANZIROLI, Carlos E. et al. (Coord.). **Programa nacional de desenvolvimento agrário sustentável**. Brasília, DF: INCRA, 1997. Versão preliminar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 23 out. 2002.

_____. _____. Brasília, DF: INCRA, 1998. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 23 out. 2002.

INCRA. **Relatório sintético das ações de modernização do programa de reforma agrária**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 12 jan. 2003.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Sisnando Pedro et al. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 1 CD-ROM.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sergio P. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. C.; SILVA, Francisco C. T. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NOMURA, Mirian; ORTEGA, Antônio C. Reforma agrária e desenvolvimento local: o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido (MG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002.

NORDER, Luiz A. C. **A Construção da Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais**: questões, contextos e métodos. 2000. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/documentobase.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2002.

ROSSET, Peter. A produção primária frente à globalização. In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA: O USO DA TERRA E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. 2002. Disponível em: <<http://www.foodfirst.org/action/cgar/reformaagraria.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2003.

ROSSI, Antônio Norberto. Entrevistador: Paulo Bento da Silva. Querência do Norte, 2003. 1 fita cassete (60 min).

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, set./dez. 2001.

SANTOS, Manoel José. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, set./dez. 2001.

SILVA, Paulo B. Reforma agrária e desenvolvimento socioeconômico no município de Querência do Norte – Estado do Paraná. 2003. 178 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Mestrado em Economia, Teoria Econômica, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

SPARAVEK, Gerd. **Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 6 jul. 2003.

TEÓFILO, Edson; MENDONÇA, Elvino de Carvalho. A economia da reforma agrária: evidências internacionais. Notas Introdutórias. In: TEÓFILO, Edson et al. (Org.). **A Economia da Reforma Agrária: evidências internacionais**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. 1 CD-ROM.

THOMPSON, Robert L. Foreword. In: ROSEGRANT, Mark; PAISNER, Michael S.; MEIJER, Siet. **Long Term Prospects for Agriculture and the Resource Base**. 2000. Disponível em: <[http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/LongTermProspectsforAgricultureandtheResourceBase/\\$FILE/RSP_1_web.pdf](http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/LongTermProspectsforAgricultureandtheResourceBase/$FILE/RSP_1_web.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2003.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Qual política para o campo brasileiro?** (Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?). 1997. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos_trabalhos.html>. Acesso em: 16 out. 2002.

Recebido em 3 de outubro de 2008

Aceito em 22 de fevereiro de 2009